

Governo Civil do Distrito do Porto

Aviso n.º 5339/2005 (2.ª série). — Torna-se público que, por despacho da governadora civil de 10 de Maio de 2005:

Sónia Cristina Folha dos Santos Gomes — nomeada, procedendo de concurso, nos termos do artigo 4.º, n.ºs 1 e 3, e do artigo 6.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e após confirmação de cabimento prévio da Direcção-Geral do Orçamento, 4.ª Delegação, nos termos do n.º 3 da Resolução de Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio, um assistente administrativo para o quadro privativo do pessoal do Governo Civil, ficando posicionada no escalão 1, índice 199.

A nomeada vai ocupar a vaga existente no quadro do pessoal e deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Maio de 2005. — A Secretária, por delegação, *Nazaré Teixeira*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 11 574/2005 (2.ª série). — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, estabelece no n.º 1 do artigo 27.º que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura do lugar;

Considerando que o lugar de coordenador do Gabinete de Inspeção se encontra vago;

Considerando que se torna urgente proceder à nomeação de titular para o cargo de coordenador do Gabinete de Inspeção a fim de garantir o normal funcionamento daquela unidade orgânica, atenta à importância de que a mesma se reveste para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;

Considerando que o licenciado António Jorge Nunes Portas, inspector superior do nível 1, preenche os requisitos legais e é detentor de aptidão e competência técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo de coordenador do Gabinete de Inspeção:

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio o licenciado António Jorge Nunes Portas coordenador do Gabinete de Inspeção, em regime de substituição.

10 de Maio de 2005. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

Síntese curricular

Nome — António Jorge Nunes Portas.

Data de nascimento — 1 de Novembro de 1963.

Naturalidade — Nave, Sabugal.

Habilitação académica — licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1988.

Categoria profissional — inspector superior da carreira de investigação e fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

Actividade Profissional:

Dezembro de 2004 a Maio de 2005 — director-geral-adjunto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;

Agosto de 2004 a Dezembro 2004 — chefe de gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna;

Maio de 2003 a Agosto de 2004 — coordenador do Gabinete de Inspeção do SEF;

Janeiro de 2001 a Maio de 2003 — director regional do Centro do SEF;

Outubro de 2000 a Janeiro de 2001 — chefe do Gabinete de Asilo e Refugiados do SEF;

Janeiro de 1995 a Outubro de 2001 — chefe de divisão de Refugiados do SEF;

Novembro de 1991 a Janeiro de 1995 — exercício de funções de assessoria jurídica no Gabinete Jurídico do SEF;

Junho de 1991 a Novembro de 1991 — exercício de funções de inspector no Aeroporto de Lisboa;

Novembro de 1990 a Junho de 1991 — estágio de ingresso na carreira de investigação e fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;

Outubro de 1988 a Novembro de 1990 — estágio de advocacia na Sociedade de Advogados Andrade Pereira, Nabais Caldeira e Associados, Guarda;

Experiência internacional:

Delegado ao Grupo Migração/Afastamento da União Europeia desde Janeiro de 2001 até Agosto de 2004;

Chefe da Delegação Portuguesa nos grupos «Asilo» da União Europeia e Schengen desde 1995 até Janeiro de 2001;

Representante do Governo Português/MAI/SEF no Grupo CAHAR (Comité ad hoc d'experts sur les aspects juridiques de l'asile territorial, des réfugiés et des apatrides) do Conselho da Europa, desde Março de 1999 a Março de 2001;

Elemento do *Bureau* do Grupo CAHAR (Comité ad hoc d'experts sur les aspects juridiques de l'asile territorial, des réfugiés et des apatrides) do Conselho da Europa, desde Março de 2000 a Março de 2001;

Presidente do Grupo Asilo e co-presidente do CIREA durante a presidência portuguesa do Conselho da União Europeia no 1.º semestre de 2000;

Presidente do Grupo Asilo Schengen durante a presidência portuguesa, no 1.º semestre de 1997;

Participação e orador em inúmeros seminários, conferências e reuniões sobre direito de asilo, refugiados e imigração.

Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil

Despacho n.º 11 575/2005 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Maio de 2005 do presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil:

João Manuel de Jesus Cabaço, do quadro de pessoal do Hospital de Egas Moniz, S. A., António Pedro Soares B. da Silva, do quadro de pessoal do ex-Instituto Português das Artes do Espectáculo, Joaquina Maria F. da Costa Cabral, do quadro de pessoal do ex-Serviço Nacional de Protecção Civil, Paulo Jorge da Costa Simões, Ana Paula de Castro Pacheco, Vasco Bruno Val-Flores de S. França e Maria Clarisse Afonso Figueira, assistentes administrativos principais do quadro de pessoal do ex-Serviço Nacional de Bombeiros — nomeados na categoria de assistente administrativo especialista para o quadro de pessoal do extinto Serviço Nacional de Bombeiros, com efeitos à data da aceitação. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas.)

3 de Maio de 2005. — O Presidente, *Manuel João Ribeiro*.

Despacho n.º 11 576/2005 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Maio de 2005 do presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil:

Artur João Mendonça Dias, técnico profissional especialista de exploração e telecomunicações do quadro de pessoal do extinto Serviço Nacional de Protecção Civil — nomeado, precedendo concurso, para o mesmo quadro, técnico profissional especialista principal de exploração e telecomunicações, com efeitos à data da publicação. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas.)

4 de Maio de 2005. — O Presidente, *Manuel João Ribeiro*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 11 577/2005 (2.ª série). — A comissão de análise dos institutos públicos, prevista no n.º 3 do artigo 50.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, passa a ser integrada pelos seguintes representantes do Ministério das Finanças:

Dr. José Henriques Polaco, da Inspeção-Geral das Finanças;
Dr.ª Maria Pulquéria Lúcio, da Inspeção-Geral da Administração Pública;

Dr. Virgílio Fernandes, da Direcção-Geral do Orçamento.

No que se refere aos restantes elementos da comissão, funcionamento e coordenação da mesma, mantém-se o disposto no despacho n.º 7746/2004 (2.ª série), da Ministra de Estado e das Finanças, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 92, de 19 de Abril de 2004.

22 de Abril de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha*.

Despacho n.º 11 578/2005 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, é fixado em 52 o número de vagas para o curso de Estudos Avançados em Gestão Pública para o ano lectivo de 2005-2006. Nos termos do decreto-lei supra-referido e do n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 327/2004, de 31 de Março, e do n.º 2 do artigo 3.º